

Governo: Almeida Henriques

■ Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerce actualmente as funções de secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento

Regional Deputado nas IX, X e XI legislaturas, é advogado, tendo dedicado os seus esforços à actividade empresarial e ao associativismo empresarial. Foi vice-presidente da CIP-Conf Emp. Portugal, presidente do Conselho Empresarial do CEC-CCIC e presidente da Associação Industrial da Região de Viseu.

CMI/CIRA: Ribau Esteves

■ Licenciado em Engenharia Zootécnica na Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro. É vice-presidente do Conselho Directivo da ANMP; vogal do

Conselho Adm. da "Polis Litoral Ria de Aveiro", vice-presidente da secção Municípios com Actividades Piscatórias e Portos da ANMP; presidente direcção da Associação Oceano XXI (Cluster do Mar). Foi presidente do Conselho Adm. da Associação de Municípios da Ria e da Junta da Grande Área Metropolitana de Aveiro.

AIDA: Valdemar Coutinho

■ Licenciado em Engenharia e Gestão Industrial pela Universidade Lusíada. Sócio-gerente da Valart Lda, presidente de mesa da Assembleia-geral da APA -

Adm. Porto de Aveiro, membro do Conselho Empresarial do Centro e sócio fundador da AIDA, tendo tomado posse como presidente em 1998. Foi vereador da Câmara Municipal de Sever do Vouga, exerceu funções como director técnico em diversas empresas e como professor na Escola Comercial e Industrial de Águeda.

Fórum Empresarial da Região de Aveiro reúne 410 participantes

Projectos de incentivo do distrito são aprovados devido à capacidade de iniciativa, de fazer e de concretizar, afirmou Almeida Henriques



"AS EMPRESAS não podem continuar a trabalhar só para o Estado", afirmou Valdemar Coutinho



AVEIRO ocupa o 2.º lugar no ranking da atribuição de incentivos às empresas, salientou Almeida Henriques

■ Com o agravamento da crise económica verificada no decorrer de 2012, e consequente aumento dos constrangimentos sentidos pelas empresas, a AIDA -

Associação Industrial do Distrito de Aveiro, elegu as problemáticas da Internacionalização e Financiamento das PME como mote do 3.º Fórum Empresarial da Região de Aveiro, iniciativa realizada em parceria com a Câmara Municipal de Ílhavo.

Tal como havia sucedido em 2010 aquando da 2.ª edição desta iniciativa, a mesma contou com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Perante uma plateia de 410 empresários, representantes institucionais e dirigentes associativos, Almeida Henriques, secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, come-

çou por salientar o dinamismo e empreendedorismo do distrito de Aveiro, que beneficia do relacionamento de extrema proximidade entre o sistema científico e de ensino e o tecido empresarial.

Um distrito que deve servir de farol

Profundo conhecedor do distrito, o Secretário de Estado afirmou que "Aveiro é também um símbolo do país, é um distrito que deve servir de farol, que indica o caminho a seguir", salientando, ainda, que "a atitude dos empresários de Aveiro é importante para o país, no momento de viragem que vivemos".

O Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional afirmou ser gratificante promover as empresas nacionais, bem cotadas a nível tradicional nos diferentes sectores, nomeadamente dos moldes, do calçado, da metalúrgica, do

têxtil e do vestuário, reforçando o facto de as empresas portuguesas primarem pela qualidade e serem reconhecidas internacionalmente por isso.

Sublinhou, também, Almeida Henriques o facto do distrito de Aveiro ocupar o segundo lugar no ranking da atribuição de incentivos às empresas, o que se deve, na sua opinião, à sua capacidade de iniciativa, de fazer e concretizar.

O anfitrião do evento, Ribau Esteves, presidente da Câmara Municipal de Ílhavo e da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, destacou a importância do associativismo e da promoção de momentos de reflexão e convívio entre os empresários.

Empresas tiram proveito da investigação da UA

Referindo-se à construção do Parque de Ciência e Tecnologia integrado, na Universidade de Aveiro,

congratula-se pelo facto de ser o primeiro criado em Portugal, o que irá permitir às empresas da região obter proveito da investigação que é efectuada na universidade.

O autarca defendeu também que apesar de o actual Governo ter recebido as piores heranças e situação económico-financeira poderá fazer diferente, implementando reformas para que "o Estado possa ser mais eficiente, barato e mais próximo de todos nós". Continuou a sua intervenção dizendo que "é necessário um acto de bom senso por parte do Governo, é necessário implementar reformas estruturais definidas por Portugal, e pelos portugueses, que são quem conhece a fundo os problemas e necessidades, e não pela Troika".

Aveiro é o 3.º distrito que mais contribui

Valdemar Coutinho, presidente da direcção da AIDA, começou por soli-

cular a Almeida Henriques que transmitisse ao Ministro da Economia e Emprego, Álvaro Santos Pereira, o seu desapontamento pelo facto de ainda não ter marcado presença em nenhum dos eventos da AIDA para o qual foi convidado, não estabelecendo assim uma relação de proximidade com os empresários da Região de Aveiro, "apesar de Aveiro ser o 3.º distrito que mais contribui para o país em sede de IRC", afirmou.

Lamentando o facto das dificuldades sentidas pelos empresários serem as mesmas identificadas em 2008 e 2010 aquando das edições anteriores desta iniciativa, agravadas em 2012, ressaltou a insuficiência de instrumentos dinamizadores do investimento e as restrições no acesso ao crédito, temas sobre os quais a AIDA entende lançar a discussão pública.

"As empresas não podem continuar a trabalhar só para o Estado",

afirmou "Os custos de produção suportados pelas empresas portuguesas começam a ser insustentáveis. Vejamos, por exemplo, a energia. Ao valor da factura, as empresas têm de somar diversas taxas: taxa audiovisual, taxa de exploração de instalações eléctricas..."

Defendeu, ainda, a redução da taxa de IRC que em Portugal é 25%, como forma de aumentar a competitividade das empresas portuguesas, comparando-a com a taxa de 12,5% aplicada na Irlanda.

Manifestou preocupação quanto à ausência de cortes expressivos na despesa pública e no insistente aumento da carga fiscal.

De acordo com Valdemar Coutinho, "o exemplo tem de vir de cima", sendo a primeira medida a adoptar, pelo seu simbolismo, "a redução do número de deputados, de 230 para 181, e que não seria necessário alterar a Constituição".

DESTAQUE

AM&A:
Augusto
Mateus

■ Licenciado em Economia pelo ISCEF. É professor catedrático convidado do ISEG, professor em mestrados e cursos de pós-graduação. Investigador/con-

sultor nas áreas da macroeconomia, política económica, competitividade industrial, estratégia empresarial, avaliação de programas e políticas de desenvolvimento. Responsável pela coordenação de estudos de avaliação de programas e políticas públicas, de projectos de investigação e estudos de economia aplicada.

CIP:
José
Guia

■ Licenciado em Engenharia Mecânica, pelo IST. Presidente da Direcção da ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecâni-

cas e da FENAME - Federação Nacional do Metal. É também membro da direcção da CIP (Confederação Empresarial de Portugal) e membro do Conselho da Administração do IIEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional). Sócio-gerente da RIMETAL - Construção e Montagem de Equipamentos Industriais, Lda.

João
Cantiga
Esteves

■ Licenciado em Economia pela UP, Master of Science in Economic Policy and Planning e MBA in International Finance. Professor universitário e consultor de

finanças. Managing partner da Ephi-ciência Financeira, Lda, administrador da APAFE e do IDEFE e presidente do Comité de Investimentos da SGF. Representa Portugal no GIPS COUNCIL e RIPS EMEA, na European Bond Commission, é membro suplente do Conselho de Admn. European Federation of Financial Analysts.

“PME: Sobrevivência a que custo?”

Augusto Mateus, José Oliveira Guia, João Cantigas Esteves e Pedro Falcão protagonizaram 1.º painel, moderado por João Luís de Sousa

■ O primeiro painel do Fórum, subordinado ao tema “PME: Sobrevivência a que custo?”, pelo director do Vida Económica, João Luís de Sousa, que o introduziu, fazendo menção às dificuldades com que as empresas se deparam no acesso ao crédito, bem como à importância do Estado na sobrevivência das mesmas através, nomeadamente, da liquidação de pagamentos.

Augusto Mateus, presidente da Sociedade de Consultores AM&A, identificou a interação entre o tecido empresarial e a Universidade de Aveiro, já referida por Almeida Henriques, como um dos pontos fortes da Região de Aveiro.

O economista dirigiu-se aos presentes, dizendo que a ciência tecnológica só produz riqueza se for aliada às empresas e que estas serão competitivas com base na eficiência colectiva sendo muito importante, para tal, a sua especialização.

“A eficiência das empresas e a eficácia dos mercados será o sucesso / recuperação das economias”, afirmou.

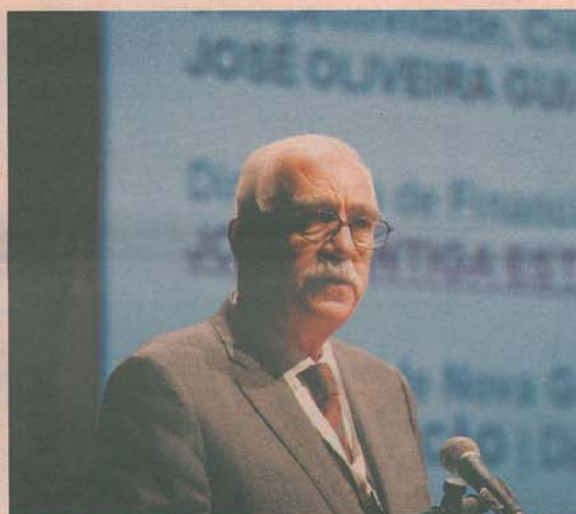
Defendeu que “Portugal não precisa de se reindustrializar; precisa é de valorizar os seus distritos industriais, sendo Aveiro um deles”.

Augusto Mateus lembrou a importância da qualificação dos Recursos Humanos “as empresas vivem de trabalhadores competentes é preciso contratar competências (skills) com validações”. Ao nível fiscal alertou para a necessidade de um regime fiscal simplificado para as empresas e da implementação de medidas de incentivo/estímulo à poupança por parte das famílias.

“O crescimento económico só surgirá do investimento privado sustentável e o emprego advém de bons investimentos”. Concluiu



“O ANO 2013 será de enorme dificuldade”, acautelou João Cantigas Esteves



“CADA UM para seu lado não é solução”, alertou José Oliveira Guia

dizendo que o país tem condições para resolver os seus problemas mas é preciso tempo.”

“O maior problema é Estado”

José Oliveira Guia, vice-presidente do Conselho Geral da CIP- Confederação Empresarial de Portugal e presidente da Direcção da ANEME - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas corroborou a opinião de Augusto Mateus relativa à capacidade competitiva de Portugal, por possuir capacidades e inteligência para produzir as políticas e concorda de que necessita.

Concordando com Valdemar Coutinho quanto à dificuldade das PME sobreviverem actualmente, “o sistema fiscal implementado é absurdo e iníquo” declarou.

Na opinião do vice-presidente da CIP, “o maior problema é o Estado, principalmente se o Estado for cliente da empresa”, referindo-se aqui à sua experiência enquanto

empresário cujo principal cliente foi o Estado.

Reforçando a ideia de que a competência das empresas depende das competências das pessoas, e criticando o Governo pelo facto de ter solicitado ajuda à Alemanha quando a CIP já tinha abortado o Ministério da Educação no sentido de apurar se seria objectivo do Governo proporcionar mais formação profissionalizante, defendeu que deve ser melhorado o já implementado em Portugal.

“O sistema DUAL já existe há mais de 25 anos em Portugal, eles não descobriram nada”, reiterou. Terminou deixando como mensagem a necessidade de reforçar o associativismo, “Cada um para seu lado não é solução. É necessário começar já.”

Principais problemas de Portugal

O professor universitário e consultor de finanças, João Cantigas

Esteves, começou por identificar os principais problemas de Portugal, nomeando a perda de competitividade empresarial, o reduzido grau de abertura ao exterior, com um mercado laboral pouco flexível e pouco qualificado, aliado ao sistema judicial deficiente, ao forte endividamento do sector público e privado, não descurando a desorçamentação das PPP (Parcerias Público Privadas). Abordou também a problemática demográfica com que Portugal se está a deparar, encontrando-se o número de pensionistas prestes a ultrapassar o número de contribuintes, que determina uma reformulação de toda a área social mas, sempre em condições de sustentabilidade.

No entender de João Cantigas Esteves, “O ano 2013 será de enorme dificuldade”, a situação das Finanças Públicas coloca constrangimentos significativos ao crescimento económico e à criação de emprego. A capacidade de cresci-

mento dependerá das necessárias reformas estruturais, que tornem a economia mais aberta, flexível e sustentável, evitando assim erros do passado. “É necessário ganhar economias de escala” asseverou, lembrando que capacidade de financiamento da economia continuará ainda muito dificultada.

“Alargamento a novas geografias”

“As exportações são determinantes, sendo de considerar o alargamento a novas geografias. É necessário a união de esforços das empresas portuguesas”, atestou.

Na mesma linha já preconizada por Augusto Mateus, sublinhou ser imperativo o crescimento da poupança e a mudança de paradigma do binómio “endividamento-consumo” para “poupança-investimento e produção”.

Enquadrando as suas afirmações, Cantiga Esteves sensibilizou os presentes para o facto de a glo-

balização alterar, radicalmente, os fluxos financeiros com a inclusão de novas realidades geográficas e chamou a atenção para a questão energética, sobretudo na componente petróleo, que “continua a obrigar à saída de capitais em montantes elevadíssimos do designado “mundo ocidental” para as novas geografias”, dando o exemplo da Europa que detém 13% das reservas provadas de petróleo no mundo, o Médio Oriente detém 6%, Rússia e CIS 10,3%, África 9,5%, Américas Central e do Sul 8,6%, América do Norte 5%, e Ásia-Pacífico 3,4%.

O último orador do painel, Pedro Falcão, director de Planeamento e Implementação de Rede da Portugal Telecom, aludiu à importância das redes de nova geração para o desenvolvimento regional, referindo que o centro de investigação da PT se situa em Aveiro, Região reconhecida pela aposta nos centros de investigação e desenvolvimento.

V. Económica: João Sousa

■ Licenciado em Direito pela Universidade de Pau, França, com MBA Executivo na Escola de Negócios Caixanova e Certificado em International Busi-

ness na Universidade de Georgetown. Com um percurso profissional no jornalismo económico, já foi membro da imprensa europeia de negócios sendo, actualmente, editor-chefe e membro do conselho editorial do jornal Vida Económica, da revista judiciária Vida e membro do conselho de Sopenror, SA.

Martim Avillez Figueiredo

■ Formado em Comunicação Social pela Universidade Católica Portuguesa (UCP), pós-graduado pelo IEP, foi bolseiro da Fund. Calouste Gulbenkian

(Universidade Oxford). Cronista do semanário Expresso, comentador na SIC Notícias, é professor convidado do IEP da UCP. Fundou e dirigiu o jornal diário i, foi administrador da SONAES GPS, director do Diário Económico, subdirector da revista Sábado e jornalista na Grande Reportagem e no semanário O Independente.

António Rebelo de Sousa

■ Licenciado em Economia pelo ISE e doutorado em Economia pela Universidade Lusitana de Lisboa (ULL), com Agregação em Economia Internacional pela

Universidade Técnica de Lisboa (UTL). É professor associado da ULL e prof. associado com Agregação da ULL, lecciona no ISCSP. Foi deputado e assessor do ministro das Finanças. É consultor da Embaixada do Japão e vice-presidente do Observatório de Segurança, Criminalidade e Organizações Terroristas e é director da Revista Energia e Futuro.

“Internacionalização: Sina ou novo paradigma”

António Rebelo de Sousa, Martim Avillez Figueiredo e Ricardo Reis marcaram presença no 2.º painel, moderado por João Paulo Oliveira

■ João Paulo Oliveira, Administrador-Delegado da Bosch Termotecnologia SA e Representante do Grupo Bosch em Portugal, dando início à moderação do segundo painel “Internacionalização: Sina ou novo paradigma”, considerou que algumas empresas ainda não estão preparadas para iniciar o processo da exportação, salientando a importância da identificação, pelas empresas, de nichos de mercados e de definição de uma estratégia adequada.

Por outro lado, entendeu ser necessário mudar a Marca de Portugal sendo, para isso, essencial o papel da diplomacia económica, referindo que “Os embaixadores são, na prática, os directores comerciais de Portugal”.

Necessidade de um plano

António Rebelo de Sousa, presidente do Conselho de Administração da SOFID, salientou na sua intervenção o facto de não ser possível definir um modelo de desenvolvimento e internacionalização da economia nacional sem previamente, se elaborar um Plano de Ordenamento do País, bem como de Planos Consistentes de Desenvolvimento Regional, com base nas cinco Regiões Plano já existentes, que possibilitem a selecção dos sectores estratégicos da economia portuguesa.

Continuou António Rebelo de Sousa dizendo que, após identificação dos referidos sectores estratégicos, dever-se-ia proceder a uma negociação de sistemas de incentivos com a Troika, quer em sede de IRC, quer no que se refere à criação de Fundos para a Internacionalização da economia.

Relembrando a existência de



RICARDO REIS defendeu a necessidade de investir na educação

vários tipos de internacionalização, “a soft que são as exportações e a “hard” que implica concretização de investimento internacional”, frisou ser insuficiente a criação de instrumentos de apoio às exportações portuguesas, sendo necessário pensar, também, na implementação de mecanismos de incentivo à internacionalização “hard” das empresas nacionais.

Consolidando a mesma ideia de anteriores oradores, salientou que, “não será possível contribuir de forma sustentada para a internacionalização da economia nacional sem uma Reforma da Administração Pública”, defendendo a necessidade de existir uma rene-

gociação com a Troika que permita reduzir o serviço da dívida pública e a renegociação das PPP de forma a que seja possível consolidar as contas públicas.

Economia continuará em recessão por três anos

Para Martim Avillez Figueiredo, publisher do grupo IMPRESA, a economia irá continuar em recessão nos próximos três anos. “O consumo privado cairá 6% em 2013, a venda de automóveis em Portugal, é hoje, igual a 1983, 17 empresas abrem falência todos os dias, mais 45% do que no ano passado” declarou.

Referindo-se à Grécia afirmou

existir 86% de probabilidades de o país deixar o Euro, estando previsto que o crescimento da zona Euro para 2013-2016 não ultrapasse os 1,5%.” Realista, Martim Avillez Figueiredo não deixou de dizer que “há uma probabilidade superior a 50% de tudo isto ser pior do que parece. A curva do consumo privado está a cair desde 1997.”

Alertou para a relevância dos Mercados Emergentes, citando alguns indicadores com o seu valor actual ser de 50% do PIB global (em paridade do poder de compra), consumirem metade de todo o petróleo produzido e comprarem metade das exportações mundiais, detêm 80% das reservas externas



“O CONSUMO privado cairá 6%”, diz Martim Avillez

mundiais e uma dívida pública inferior à grande maioria dos países da Zona Euro, mercados com uma população a crescer a um ritmo de 6M de pessoas/mês, contra 300k no mundo desenvolvido.

Questionando o papel do papel do Estado no subdesenvolvimento das empresas portuguesas, afirmou que 54 mil milhões de euros são gastos nas funções sociais, económicas e de soberania. 129 mil milhões de euros em funções de gestão da dívida pública e 7 mil milhões em funções económicas, ou seja, em incentivos e ajudas do Estado às empresas.”

Fazendo um paralelismo considerou que “O Estado hoje é o director financeiro de uma empresa que se está a afundar e que não tem dinheiro para se manter em operações.”

Para Martim Avillez o papel do Estado na internacionalização das empresas portuguesas, deve passar, designadamente, pelo controlo de taxas aduaneiras, construção de infra-estruturas, redução dos custos de produção e criação de benefícios fiscais para lucros das exportações.

Necessária “mais e melhor gestão”

Fazendo referência a uma análise efectuada pelo economista português, Ricardo Reis, anunciou que as empresas nacionais são menos produtivas do que as multinacionais que, em Portugal, operam no mesmo sector, sendo necessário “mais e melhor gestão”.

Tal como já havia sido frisado por anteriores oradores, defendeu a necessidade de investir na educação, mais e melhor educação, formação no exterior – “AMP’s são uma excelente solução”. Defendeu também a apostar na research, permitindo antecipar algumas das tendências, tendo enumerado sucintamente factores atractivos de alguns países, para os quais deveriam ser direccionadas as intenções de internacionalização das empresas portuguesas. Terminou com a referência à necessidade de embaixadores corporativos, considerando premente, nomeadamente, o desenvolvimento de soft skills locais.

DESTAQUE

**AICEP:
Pedro
Reis**

■ Licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, com formação em Strategic Finance na Harvard Business

School, em Advanced Management Program no Insead e em PAGE na UCP. Presidente da AICEP Portugal Global, assegura a Secretaria Executiva do Conselho Estratégico de Internacionalização da Economia e integra o Conselho Nacional para o Empreendedorismo e Inovação. Foi gestor e consultor empresarial, colunista e comentador.

**PT:
Pedro
Falcão**

■ Licenciado em Engenharia de Telecomunicações. É director de Planeamento e Implementação de Rede da PT e membro do Conselho de Administração da

PT Inovação. Foi director de Rede e responsável pelo projecto Fibra Óptica da PT, vice-presidente de Engenharia da KPN-Qwest em Amesterdão e da "GTS/Ebone" em Londres e em Bruxelas. Foi Chief Technical Officer do Pan Europeu "Hermes Europe Railtel" em Bruxelas.

**João
Paulo
Oliveira**

■ Licenciatura em Gestão Industrial pela UNL/RCT e MBA pela UP. É professor catedrático convidado da UA, membro do Conselho Supervisão do Frau-

nhofer Institute. Desenvolveu a sua carreira na área industrial: Produção, Logística e Dep. Técnico, foi trainee da Bosch na Alemanha, exerceu lugares de gestão em empresas na China, Chile, França e Alemanha. É presidente da Unidade de Negócios de água quente do Grupo Bosch, unidades em Portugal, Alemanha e China.

“Não vamos deixar que as dificuldades nos consumam”

Apesar dos “tempos de crise”, Valdemar Coutinho deixou uma mensagem de encorajamento aos empresários presentes no 3.º Fórum Empresarial da Região de Aveiro.



EMPRESÁRIOS aderiram aos momentos de networking



“EXIGE-SE uma grande sintonia entre todos”, apelou Valdemar Coutinho

■ Apresentando as oportunidades e desafios para as empresas portuguesas no exterior, Pedro Reis, presidente da AICEP Portugal Global, defendeu, que “a exportação é o caminho natural do crescimento das empresas”, tendo frisado a importância da diplomacia económica na criação de condições para que as empresas implementem o seu processo de internacionalização, designadamente através da negociação de convenções de dupla tributação.

Apresentando alguns números, Pedro Reis referiu que apesar da concentração elevada das exportações portuguesas na Eurozone, cerca de 72,4%, e estando este mercado em abrandamento, na sua globalidade, se verificou-se nos últimos sete meses, um aumento nas exportações na ordem dos 7%.

Esta situação demonstra, segundo Pedro Reis, a dinâmica que se tem verificado ao nível da diversificação de mercados por parte das empresas portuguesas, designadamente para os mercados angolano, chinês e americano.

Evidenciou o presidente da AICEP que, embora, os produtos com maior cota de exportação ainda sejam as máquinas e os aparelhos, seguidos dos veículos e outros materiais de transporte, os sectores tradicionais estão a recuperar a sua posição, outrora perdida para a Ásia, graças à conjugação de dife-

rentes factores, dos quais se destacam a flexibilidade, a capacidade de reinventar e a aposta de novos processos e produtos.

Enumerou, também alguns dos sectores de destaque no panorama económico nacional, como o automóvel e os componentes auto, a aeronáutica, as TIC, os serviços de

apoio, pasta, papel e cortiça, mecânico e metalúrgico, têxtil, azeite e vinhos, o calçado salientando, neste último caso, a forma como “este sector conseguiu reinventar-se apesar da concorrência dos mercados asiáticos”, sendo um exemplo do que o tecido empresarial português é capaz, “contando com o

apoio prestado pelo AICEP”, quer através da sua rede externa dentro e fora da Europa. Num tom de crítica, Pedro Reis, abordou a problemática das greves do sector portuário com impacto ao nível das exportações das empresas que recorrem ao transporte marítimo.

Os empresários presentes na iniciativa manifestaram o seu descontentamento relativo ao papel do Estado nas constantes alterações efectuadas ao sistema fiscal, salientaram a inexistência de formação no domínio da internacionalização para que o tecido empresarial possa melhor responder aos desafios globais.

“As nossas empresas continuam a destacar-se”

Após um dia de reflexão, o presidente da Direcção da AIDA, Valdemar Coutinho, terminou com uma mensagem positiva afirmando que “Os tempos são de crise, mas não vamos deixar que as dificuldades nos consumam. Para tal, exige-se uma grande sintonia entre todos aqueles que trabalham

diariamente para criar emprego e riqueza. Falo, naturalmente, dos empresários. E com, incontido, orgulho constato que as nossas empresas continuam a destacar-se, no panorama económico nacional, pela sua pro-actividade.”

O 3.º Fórum Empresarial da Região Aveiro ficou, igualmente marcado pela concretização de reuniões de networking entre os empresários presentes, que através do pré-agendamento tiveram a possibilidade de estabelecer contactos com outras empresas, dando a conhecer produtos e serviços que comercializam.

Verificou-se uma expressiva adesão aos momentos de networking, por parte dos empresários, demonstrando o seu crescente interesse e sensibilidade para esta metodologia de trabalho e criação de oportunidades de negócio.

Auscultados os participantes, todos foram unânimes em considerar muito positivos os resultados do 3º Fórum Empresarial da Região de Aveiro.



FRANCISCO BRAGA, Elisabete Rita, Valdemar Coutinho e Ribau Esteves (da esquerda para a direita)